

**PLANEJAMENTO
ACADÊMICO 2025
ATIVIDADES EM SUPLÊNCIA**



CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1191	Flavia Rigo Nobrega	Inundações e deslizamentos: Os desastres climáticos associados às chuvas e a atuação do Ministério Público Federal	Suplente	Flavia Rigo Nobrega	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	A partir dos institutos do Direito dos Desastres, em especial, das Leis 12.340 e 12.608/2012, conferir ao discente a compreensão sobre (i) o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; (ii) os sistemas de alerta e monitoramento; (iii) a atuação ministerial federal no gerenciamento da crise, e como indutor das ações de prevenção, preparação e reconstrução das áreas afetadas.	1. Desastre climático: conceituação e tratamento jurídico. Desastres climáticos, naturais e antropogênicos: diferenciação. O Direito dos Desastres e suas interconexões com o Direito Ambiental e o Direito Climático; 2. Estudos paleoclimáticos e a contribuição antropogênica ao aquecimento global; Os eventos climáticos extremos, o Direito dos Desastres e novos desafios derivados da nova realidade climática; 2. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: Leis 12.340/2012 e 12.608/2012. Redes de monitoramento hidrogeometeorológico e principais atores; Sistemas estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil. 6. O gerenciamento circular dos riscos e a importância das ações de prevenção. A economicidade de se investir em prevenção. Boas práticas; 7. Estudos de caso: o que os desastres de Petrópolis, São Sebastião e Rio Grande do Sul têm a ensinar. Atuação do MPF na prevenção, preparação e resposta ao desastre. Os desafios da reconstrução das áreas atingidas.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1135	ELAINE MARIA PENA DOS SANTOS ROCHA	NOVOS SISTEMAS DE BUSCA DE BENS - Jurisprudências atualizadas e Novas formas de desfazer as fraudes do devedor (e encontrar seus bens)	Suplente	Sergio Arenhart	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Atuação Resolutiva	MPF	Conhecer Jurisprudências atualizadas e novos sistemas de busca de bens do devedor.	Jurisprudências atualizadas e Novas formas de desfazer as fraudes do devedor. Novas ferramentas e estratégias atualizadas de busca de bens do devedor. Desfazendo as fraudes do devedor as execuções.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1336	Daiane Londero	Pesquisa e Análise no enfrentamento à macrocriminalidade financeira	Suplente	Vladimir Aras	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Apresentar as atividades de pesquisa e análise de dados investigativos voltados para o enfrentamento da tríade da macrocriminalidade (lavagem de dinheiro, corrupção e crime organizado). Serão apresentados aspectos teóricos da macrocriminalidade e aspectos práticos relacionados à investigação e persecução criminal dos três tipos de crimes que compõem a tríade da macrocriminalidade.	1. Aspectos teóricos de política e persecução penal e política criminal, política pública de segurança, política pública penal, correlação entre modelos de Estado e políticas criminais da macrocriminalidade. 2. A macrocriminalidade na agenda internacional. 3. Aspectos teóricos e práticos de persecução nos casos de corrupção 4. Aspectos teóricos e práticos de persecução criminal nos casos de lavagem de dinheiro. 5. Aspectos teóricos e práticos de persecução criminal nos casos de crime organizado. 6. Investigação e persecução criminal dos três tipos de crimes que compõem a tríade da macrocriminalidade: as atividades de pesquisa e análise de dados investigativos.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo, com indicação de Vladimir Aras para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1232	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Medidas cautelares pessoais diversas da prisão no processo penal	Suplente	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Capacitar e atualizar os servidores e as servidoras do MPF e MPDFT a respeito das medidas cautelares pessoais diversas da prisão.	1. Prisão pena x prisão processo; 2. Medidas cautelares no processo penal: visão geral; 3. Prisão preventiva x medidas cautelares diversas da prisão; 4. Teoria geral das medidas cautelares diversas da prisão; 5. Espécies de medidas cautelares diversas da prisão; 6. Detração e medidas cautelares diversas da prisão.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1325	Lindôra Maria Araujo (Coordenadora da 1ª Câmara /MPF)	Judicialização dos direitos de seguridade social	Suplente	Zélia Luiza Pierdoná	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	11	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Analisar os números, as causas e as consequências da judicialização dos direitos de seguridade social, com um enfoque especial na análise econômica do direito, permitindo, com isso, uma atuação sistemática nas ações envolvendo os direitos de seguridade social (previdência, assistência e saúde), para garantir a efetividade dos referidos direitos, bem como sua sustentabilidade.	1.Preceitos constitucionais de seguridade social: direitos integrantes, princípios e financiamento. 2. Análise econômica do direito. Conceitos. 2.1. Teoria da escolha racional, eficiência e bem-estar. 2.2. Falhas de mercado. 2.3. Teoria dos jogos e cooperação. 2.4. O direito e seus custos. 2.5. Introdução à economia comportamental. 3. Análise econômica do processo. 3.1. Litígio e acesso à justiça. 3.2. O custo do processo. 3.3. Métodos alternativos de resolução de conflitos. 3.4. Comportamento litigioso. 3.5. Acurácia e decisão judicial. 3.6. Recursos. 3.7. Precedentes. 4. Judicialização dos direitos de seguridade social. 4.1. Custo, escassez e escolhas trágicas. 4.2. O poder público em juízo. 4.3. Demandas estruturais. 4.4. Jurimetria e resultados. 5. Judicialização e ativismo judicial. 5.1. Efeitos do ativismo judicial na promoção da igualdade e na sustentabilidade dos direitos de seguridade social. 5.2. Receitas e despesas relacionadas aos direitos de seguridade social.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1013	Ronaldo Kietzer Oliveira	Lavagem de Dinheiro: compreensão por meio de estudos de caso	Suplente	Caio Vaez	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Formação de membros e principalmente de servidores não afetos rotineiramente à matéria para que, priorizando casos concretos em detrimento da teoria, conheçam o modus operandi em lavagem de capitais através do estudo de casos ligados à atuação recorrente do MPF no assunto, e, assim, por similaridade, tenham meios de identificar a tipicidade e materialidade do delito, forma de investigá-lo, medidas cautelares a serem requeridas etc.	Lavagem de Dinheiro. 1. Brevíssima revisão conceitual. 2. O que investigar para constatar a existência do crime e de seus autores? 3. Identificando a lavagem de dinheiro através do estudo de casos. 3.1 Caso 1... 3.2 Caso 2... 3.3 Caso 3... 3.4 Caso 4... 3.5 Caso 5... 4. Conclusões.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo, com indicação de Caio Vaez para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1190	Daiane Londero	Courting disasters: direito, instituições judiciais e governança em desastres	Suplente	Daiane Londero	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Aproximar os discentes do debate que envolve instituições judiciais e desastres, com vistas a municiar membros e servidores das principais discussões e temas em perspectiva comparada, dada a importância para políticas públicas e para a conjuntura atual.	1. Fraqueza institucional: arranjos e governança em desastres 2. Courting disasters: estado de emergência e pós-desastres 3. Courting disasters: jurisdição, mobilização e empoderamento legal 4. Direitos humanos em desastres 5. Sociologia do desastre 6. Desastres no Brasil (e o papel do MP)	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1346	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	DIREITO MINERÁRIO: EQUÍVOCOS DA LEGISLAÇÃO - CÓDIGO DE MINERAÇÃO X CÓDIGO DE ÁGUAS X CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS	Suplente	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	14	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	O Código de Águas Minerais tratou das águas minerais em alguns artigos, aos mesmo tempo que deixou claro que esse regime é previsto em legislação específica: ART. 10 Reeger-se-ão por leis específicas: IV – as águas minerais em fase de lavra; E V – as jazidas de águas subterrâneas TEM VERDADEIRA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA em diversos temas atinentes as águas minerais, cabendo ao CAM regulamentar a maior parte das questões TODAVIA, a aplicação do CM em nada altera os poderes e atribuições ANM	O Aproveitamento COMERCIAL das fontes de águas minerais ou de mesa, situadas em terrenos de domínio PÚBLICO quer do domínio PARTICULAR, será feito pelo REGIME DE AUTORIZAÇÕES SUCESSIVAS DE PESQUISA e LAVRA instituído pelo CÓDIGO DE MINERAÇÃO, conf. Art. 4º do CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS CAM – Decreto-Lei nº 7841/45 abrange não só as águas destinadas a consumo humano, como, ainda, aquelas destinadas a FINS BALNEÁRIOS GUAS MINERAIS: - deve ser aplicado às águas provenientes de FONTES NATURAIS ou de FONTES ARTIFICIALMENTE CAPTADAS, desde que com composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas, DISTINTAS DA ÁGUAS COMUNS, com características QUE LHE CONFIRAM UMA AÇÃO MEDICAMENTOSA A partir das características FÍSICO-QUÍMICAS apresentadas pelas águas na fontes, estas serão classificadas de formas distintas, tais como: ALGUMAS DICARONATADA, SULFATADA, CLORETADA, RADIOATIVA, TERMAL, E CASOAS, dentre outras.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1296	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Justiça pluricultural para a sustentabilidade em tempos de emergência climática	Suplente	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Trata-se de curso EAD, com a finalidade de tratar da mitigação de danos e planos de sustentabilidade e justiça social e ambiental para desastres socioambientais, à luz das normas constitucionais. Objetiva-se reconhecer e debater o caráter atentatório de atos contrários à ordem pública e ao Estado de Direito, aperfeiçoando a conscientização social e a valorização do patrimônio cultural, bem como a construção de salvaguardas contra a desvalorização da cultura em atenção ao regime democrático.	DIREITO CONSTITUCIONAL. DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS. DESVALORIZAÇÃO CULTURAL. VIOLAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. MANUTENÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1407	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	A proibição penal da pornografia	Suplente	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	2	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Analisar as proibições penais da pornografia, com enfoque no bem jurídico protegido por cada tipificação penal.	. Conceito de pornografia II. Legitimação do Direito Penal II.1. Moralismo penal conservador II.2. Liberalismo penal consequencialista II.3. Liberalismo penal deontologicamente limitado II.4. Moralismo penal de vanguarda II.5. Offense Principle II.6. Diretriz geral III. Pornografia punível (definição) IV. Crimes de pornografia no Brasil IV.1. Pornografia simples, pornografia violenta IV.2. Pornografia infantojuvenil	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo
1363	MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE	Título de domínio como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e o uso social da propriedade	Suplente	MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Há uma falha no programa de regularização fundiária brasileiro, uma vez que referida política não alcança os objetivos pretendidos. Isso porque os destinatários dessa política de Estado nem sempre recebem os títulos de domínio, sendo que sua falta gera situação de informalidade, impotente para alavancar o desenvolvimento sustentável e girar a economia.	Título de domínio. Dignidade da pessoa humana. Regularização fundiária. reforma agrária. Situação de informalidade de beneficiários. impactos no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento econômico do país.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo
1030	Jorge Mauricio Porto Klanovicz	Segurança pública baseada em evidências	Suplente	Jorge Mauricio Porto Klanovicz	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	A crise na segurança pública demanda das instituições um esforço articulado de enfrentamento. Para que isso ocorra de modo adequado, com ênfase em prevenção e prestígio aos direitos humanos, é fundamental que os diversos atores envolvidos – como membros do Ministério Público – melhor conheçam o quadro teórico e empírico subjacente à problemática. Nesse contexto, o objetivo do curso é expor - e debater - as evidências mais recentes sobre estratégias voltadas a reduzir índices de violência.	O curso tem uma abordagem interdisciplinar, teórica e prática, e funda-se em evidências internacionais e nacionais sobre o que funciona para reduzir a violência. O curso busca apresentar os conceitos e o estado da arte do conhecimento produzido pela chamada criminologia experimental, que tem avaliado de maneira rigorosa o impacto de programas, estratégias e legislações nas áreas de prevenção social, policiamento, prevenção situacional e urbanismo, justiça criminal e redução da reincidência criminal, violência contra a mulher, racismo e letalidade policial.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo
1302	Vitor Souza Cunha	Processo Penal e ciência: uma abordagem interdisciplinar (2ª Etapa)	Suplente	Vitor Souza Cunha	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	A atividade tem como objetivo introduzir e aprofundar o debate sobre o papel e a influência dos novos saberes científicos na justiça criminal. Com foco nas inovações tecnológicas e nas metodologias científicas mais avançadas, o curso pretende refletir sobre como as práticas tradicionais da jurisdição penal estão sendo desafiadas e como podem ser aprimoradas para atender às demandas contemporâneas.	PROCESSO PENAL E BLOCKCHAIN - Regulação jurídica - Blockchain e os atos processuais - O blockchain e a cadeia de custódia da prova digital PROCESSO PENAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - IA no contexto jurídico - IA e a argumentação jurídica - IA e a determinação dos fatos PROCESSO PENAL E ECONOMIA - Noções introdutórias - Microeconomia aplicada: teoria dos jogos e comportamentos processuais - Análise econômica dos acordos penais PROCESSO PENAL E MATEMÁTICA - A matemática aplicada na experiência jurídica - O raciocínio probabilístico no processo - Os desafios e virtudes da prova estatística PROCESSO PENAL E PSICOLOGIA - A relação entre a Psicologia e o Direito - Premissas teóricas e resultados empíricos da psicologia cognitiva - A memória e o testemunho no processo - A prova de reconhecimento pessoal	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo
979	THOMAZ MUylaert DE CARVALHO BRITTO	O papel do Ministério Público na representatividade das minorias parlamentares nas Comissões Parlamentares de Inquérito	Suplente	THOMAZ MUylaert DE CARVALHO BRITTO	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	O presente curso decorre da tese de doutorado em Sociologia Política do orientador pedagógico. O objetivo geral do curso de aperfeiçoamento consiste na reunião de ideias dos membros do Ministério Público Federal acerca de sua atuação perante as Comissões Parlamentares de Inquérito. Assim, em que medida o MPF pode atuar para garantir a proteção aos direitos das minorias parlamentares? Existe, de fato, uma proteção às minorias no que tange à composição dessas Comissões?	COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO. MINORIAS. MINORIAS PARLAMENTARES. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CNMP. GRUPO DE TRABALHO DO CNMP. ACCOUNTABILITY HORIZONTAL. ACCOUNTABILITY VERTICAL. MEDIDAS PROPOSITIVAS PELOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MEDIDAS RESOLUTIVAS PELOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DINÂMICAS PRÁTICAS E SUGESTÕES IMEDIATAS.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1342	DIOGO CASTOR DE MATTOS	Sistema Político no combate à corrupção	Suplente	Samantha Chantal	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Analisar o papel das instituições políticas no combate à corrupção.	Corrupção. Relações de poder. Papel das instituições políticas.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo, com indicação de Samantha Chantal para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1206	Marlon Alberto Weichert	Democracia e militarismo	Suplente	Marlon Alberto Weichert	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Analisar o papel das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito. Discutir a situação da relação entre a Sociedade Civil, o Poder Político e as Forças Armadas no Brasil após a ditadura militar e suas influências na qualidade da democracia brasileira. Refletir sobre potenciais reformas institucionais que reforcem o princípio da não-repetição. Debater as competências da justiça militar e do MPM no marco normativo do direito internacional dos direitos humanos e da Carta Democrática da OEA.	Estado Democrático de Direito e Forças Armadas. Relações entre os poderes civis e as forças militares no Brasil. Histórico e situação contemporânea. O papel das Forças Armadas brasileira no cenário das necessidades e prioridades de defesa do país. Estratégia de Defesa e Plano de Defesa: conceitos e legitimidade. Atuação das instituições do sistema de justiça ante as forças armadas e as polícias militares. Competências da Justiça Militar e do Ministério Público Militar no marco normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos e da Carta Democrática da OEA. Compreensão pela sociedade e serviço público civil sobre a relevância da função militar do Estado. Desvios antidemocráticos nas Forças Armadas - origens e consequências. Remoção de legados autoritários das forças armadas. Transição pós ditadura e princípio da não-repetição.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1048	JANAINA ANDRADE DE SOUSA	A Lavagem de Dinheiro e Bens Culturais	Suplente	Janaina Andrade de Sousa	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Expor enquadramento jurídico dos bens culturais e patrimônio cultural. Identificar os atores quanto à proteção e à luta contra a lavagem de dinheiro com bens culturais. Compreender o estatuto jurídico dos bens culturais móveis e o elo da lavagem de dinheiro, tráfico de bens culturais, terrorismo e crime organizado. Analisar em que medida a intervenção do Estado limita o Mercado da Arte e colecionismo público e privado. Identificar problemas jurídicos relacionados ao mercado de bens culturais.	Patrimônio cultural e Direito do Patrimônio Cultural. Definição e classificação dos bens culturais. A proteção dos bens culturais à luz do direito nacional e internacional. Lavagem de Dinheiro com bens culturais. A economia do mercado de arte. Monitoramento e fiscalização de operações suspeitas. O papel da ciência no combate à lavagem de dinheiro com bens culturais. Compliance e Due Diligence no mercado de arte.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1271	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	Crimes da Escravidão: perspectivas sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Afrodiaspórico Brasileiro	Suplente	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Explorar abordagens contemporâneas dos crimes da escravidão negro-africana no Brasil através de uma perspectiva interdisciplinar que integra o patrimônio cultural subaquático afrodiaspórico, tanto do tráfico legal quanto clandestino. O curso discutirá a materialidade do tráfico transoceânico, as estratégias de intervenção em sítios arqueológicos submersos e terrestres, a inclusão de memórias coletivas e o uso social dos patrimônios para reparar consequências atuais na sociedade brasileira.	O curso oferece análise interdisciplinar dos crimes da escravidão negro-africana, integrando o estudo do patrimônio cultural subaquático afrodiaspórico relacionado ao tráfico de pessoas. Serão abordadas investigações sobre a materialidade do tráfico transoceânico, como naufrágios de navios negreiros, portos de recepção e rotas comerciais terrestres, discutindo estratégias de preservação e gestão desses sítios arqueológicos. O curso destaca a importância das memórias coletivas das comunidades tradicionais associadas a esses patrimônios e seus usos sociais, explorando iniciativas de preservação que promovam uma compreensão dos impactos do tráfico transatlântico de escravizados e suas implicações para a justiça social, igualdade racial e preservação da memória histórica. Por fim, promove reflexões sobre o racismo estrutural e a invisibilização da memória afro-brasileira, além de debater políticas públicas que contribuam para a justiça social e reparação histórica das comunidades negras.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1335	Daiane Londero	Crimes cibernéticos e evidências digitais	Suplente	Fernanda Teixeira	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Apresentar políticas de enfrentamento aos crimes cibernéticos a partir de tipos específicos que afrontam o estado democrático de direito e a cidadania, como é o caso do terrorismo internacional e o neonazismo, permeados pelas práticas de fake news. Serão apresentadas formas de investigação dos vestígios digitais a partir de ferramentas práticas e da observância da cadeia de custódia na persecução. Por fim, são apresentadas noções de crimes cibernéticos envolvendo criptoativos.	1. Aspectos teóricos de política e persecução penal e política criminal, política pública de segurança, política pública penal e políticas de enfrentamento aos crimes cibernéticos. 2. Terrorismo cibernético, o "terrorismo de rodoviária" no Brasil e o papel das fake news. 3. Crimes cibernéticos: crimes de ódio e o neonazismo nas redes. 4. Evidências e vestígios digitais e a cadeia de custódia. 5. Investigação e persecução criminal em vestígios digitais: principais ferramentas 6. Investigação e persecução criminal em casos envolvendo criptoativos.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1093	Marcelo Gruber	Inteligência e contrainteligência	Suplente	Maurício Saliba	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Atuação Resolutiva	MPF	Aperfeiçoamento de servidores lotados em Asspads e Sepads.		Aprovada com indicação de Marcelo Saliba para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1399	Alexandre Schneider	Direitos fundamentais das vítimas da insegurança pública	Suplente	Alexandre Schneider	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Revisitar o conceito e a extensão do direito fundamental à segurança pública, como garantia de primeira dimensão e também difuso, as obrigações estatais de efetivação, casos empíricos de efetivação e falha de consecução, condenações do Brasil na CIDH e provocar a rediscussão de entendimentos jurisprudenciais e legislativos vigentes que obstaculizam a defesa das vítimas específicas na busca de direitos individuais.	Direito à segurança pública. Vítimas de crimes. Dever do Estado na efetivação do direito difuso e individual de proteção aos cidadãos. Garantias positivas. Proporcionalidade e dever de atuação - proibição de proteção insuficiente. Exemplos de políticas públicas estatais de sucesso na efetivação do direito fundamental. Atual estado de coisas - déficit de efetivação de proteção pelo Estado. Direito à defesa e à indenização em face do Estado.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1318	Daniel Luis Dalberto	Proteção social de indígenas de recente contato	Suplente	Daniel Luis Dalberto	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Direito Administrativo e Regulatório	MPF	Aprofundar estudos sobre as normas jurídicas e a realidade fática para avaliar o sistema de proteção social dos povos indígenas de recente contato objetivando à adequação cultural das políticas públicas.	Povos indígenas de recente contato. Políticas públicas de proteção social. Normas jurídicas aplicáveis. Reconhecimento das situações de vulnerabilidade territorial, de saúde e saneamento, alimentar e da complexidade sociocultural. Complementaridade e intersetorialidade entre os órgãos e instituições responsáveis pelas políticas.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1218	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	SEMINÁRIO DIREITOS HUMANOS E ARQUEOLOGIA	Suplente	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	Seminário	Híbrido	6	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	O objetivo do seminário Arqueologia e Direitos Humanos será explorar a intersecção entre a arqueologia e a promoção dos direitos humanos, abordando como o estudo e a preservação do patrimônio arqueológico podem contribuir para a defesa e valorização de comunidades vulneráveis, minorias étnicas e grupos marginalizados. oferece uma visão abrangente sobre a importância da proteção do patrimônio arqueológico e sua relação com questões de justiça social, preservação cultural e memória histórica.	ARQUEOLOGIA E DIREITOS HUMANOS. ARQUEOLOGIA INDÍGENA NA AMAZONIA. ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTENCIA. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS. ARQUEOLOGIA DA DIASPORA AFRICANA.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1372	LILIANE ALVES BUCAR	Energias Eólica e Solar: em defesa das comunidades tradicionais, quilombolas e camponesas	Suplente	José Godoy Bezerra de Souza	Seminário	Híbrido	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Discutir criticamente a expansão dos parques eólicos e solares no Nordeste e analisar criticamente o papel desempenhado pelo Estado brasileiro e do direito em empreendimentos energéticos eólicos e solares. Neste contexto, será situada as mudanças climáticas e às medidas de mitigação de emissão de carbono, fundamentalmente no que concerne à energia eólica e solar.	O curso tem como objeto as relações que envolvem uso da posse de imóvel para a produção de energia eólica e solar no Nordeste. Os principais problemas a serem tratados envolvem a tutela das comunidades tradicionais (quilombolas ou não, e camponesas), a ausência de seu Consentimento Prévio, Livre e Informado – CPLI, o controle e captura da renda da terra a partir dos contratos e os efeitos disto sobre os impactos ambientais na fauna e na flora, os procedimentos no licenciamento ambiental, a exploração da força de trabalho, a despossessão da terra dos agricultores familiares e das comunidades e povos tradicionais e o rearranjo dos parques eólicos e solares. Como produto final espera-se capacitar procuradores do MPF, promotores do MPE e defensores públicos federais e estaduais sobre as novas relações jurídicas geradas pelos empreendimentos eólicos e solares na região nordeste.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1099	Fabiana Keylla Schneider	Diálogos: a poesia de Mia Couto e a inominável herança da escravidão	Suplente	Fabiana Keylla Schneider	Seminário	Híbrido	3	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Realizar um diálogo transversal que passa pela literatura moçambicana de Mia Couto e a atuação jurídica nos portos escravagistas brasileiros do Rio de Janeiro, que receberam milhões de escravizados, muitos vindos da região de Moçambique.	1) Literatura Moçambicana de Mia Couto e as consequências nefastas da escravidão 2) Cais do Valongo: o maior porto escravagista do mundo 3) Quilombo da Marambaia: a indissociável história silenciada dos escravizados e a história oficial narrada pelo Brasil. As muitas violências que formam o nosso país.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1306	Fabiano Henrique Cruz Fernandes (Chefe da Assessoria Nacional de Perícia em Contabilidade e Economia)	I SEMINÁRIO DE PERÍCIA FINANCEIRA DO MPU	Suplente	Jonatas Dutra Sallaberry	Seminário	Híbrido	12	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPF	O I Seminário de Perícia Financeira do MPU em formato híbrido vem suprir a necessidade de capacitação em temáticas sui generis que esses peritos possuem para atender as demandas das funções institucionais do MPU por todo o Brasil. O evento vai fomentar de forma interdisciplinar debates sobre a Capacidade de Pagamento para Acordos de Leniência e outros fins, a Valoração de Danos econômicos e Ambientais, os Aspectos de Investigação em Compras públicas e Crimes Financeiros.	O I Seminário de Perícia Financeira do MPU vai discutir e aprofundar conhecimentos de alta complexidade e especificidade, abordando tópicos relacionados à atuação os peritos em contabilidade e economia dos distintos ramos do MPU, e inclusive para carreiras de MP estaduais. A ação educacional aborda os seguintes conteúdos: Capacidade de pagamento em acordos de leniência e outros contextos abordando indicadores e modelos de asseguarção e estimação; a Valoração de Danos Econômicos e Ambientais em processos de cartelização de empresas e litígios em Processos de Desestatização; Compras Públicas aprofundando em Sobrepreço e Superfaturamento, e Acompanhamento de Emendas; e por fim Crimes Financeiros abordando a Detecção de redes de agentes criminosos, Rastreamento de criptoativos, e Red-flags e evidências de crimes financeiros.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1031	Luciana Loureiro Oliveira	Direito e literatura: arte que ilumina conceitos	Suplente	Luciana Loureiro Oliveira	Seminário	Híbrido	4	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Compreender como as obras literárias "Torto Arado" e "Um defeito de cor", que refletem e criticam a realidade de desigualdade étnico-racial brasileira, podem iluminar e densificar os conceitos necessários ao tratamento jurídico das territorialidades quilombolas, do enfrentamento ao racismo estrutural e da necessidade de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.	Direito e literatura. "Torto Arado" (Itamar Vieira Jr.) e "Um defeito de cor" (Ana Maria Gonçalves). Crítica e reflexão literárias sobre as realidades sociais e os fenômenos jurídicos subjacentes. Territorialidades quilombolas. Racismo estrutural. Patrimônio cultural afro-brasileiro.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1331	Waldir Alves	Reparação de Danos Concorrenciais	Suplente	Waldir Alves	Seminário	Híbrido	8	Direito Administrativo e Regulatório	MPF	Contribuir para a resolutividade e a eficiência da atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público Federal na tutelados dos direitos dos lesados por danos concorrenciais, mediante a análise e debate qualificado sobre as principais questões a eles relacionadas, em especial o acréscimo dos arts. 46-A e 47-A, além dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 47, da Lei nº 12.529/2011, na redação da Lei 14.470/2022.	O acréscimo dos arts. 46-A e 47-A, e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 47, da Lei nº 12.529/2011, na redação da Lei 14.470/2022, trouxe mudanças significativas nas Ações de Reparação de Danos Concorrenciais (ARDCs) fundadas na decisão condenatória de cartel do CADE, consideradas ações "follow-on", distintas das ações "stand alone", que não se apoiam em decisão condenatória da Autoridade Antitruste. Essa pretensão indenizatória já havia sido identificada no âmbito da 3ª CCR/MPF, que em 27.10.2021 aprovou o seu Enunciado 33. Questões relevantes se colocam, como a ação reparatória coletiva e a identificação dos lesados, tanto nos cartéis em licitação como nos cartéis privados, o dimensionamento dos danos concorrenciais, os limites da aplicação das alterações legislativas além de outras repercussões	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1057	ERICO GOMES DE SOUZA	MEDIA TRAINING PARA INTEGRANTES DA FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	Suplente	ERICO GOMES DE SOUZA	Aperfeiçoamento	Presencial	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	A Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) da Bacia do Rio São Francisco é capitaneada pelo MPF e pelos MPs de AL, BA, SE, PE, GO e MG, congregando mais de 30 órgãos e entidades públicas e privadas em prol de atividades de prevenção, fiscalização e educação ambientais. Criado em 2002, nele os integrantes do programa em tela precisam se comunicar com a sociedade, em inúmeras entrevistas para rádio, TV e internet. Daí a importância do media training, a fim de aprimorar essa comunicação.	1) Apresentação do programa FPI e da relação da FPI com a imprensa e a sociedade; 2) Explicação das ASCOM que já participaram das etapas da FPI sobre como funciona a gestão da comunicação social do programa; 3) Realização de circuito de mídia (rádio, TV e impresso), a fim de treinar os atores participantes da FPI no que concerne à concessão dessas entrevistas; 4) Redes sociais: como deve ocorrer a comunicação da FPI; 5) Atividade: treino de entrevista coletiva; 6) Oficina de gestão de crise e discussão de casos concretos que já ocorreram em etapas anteriores da FPI, nos mais de 20 anos do programa em execução.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1422	ILEANA NEIVA MOUSINHO	SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	Suplente	ILEANA NEIVA MOUSINHO	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	APERFEIÇOAMENTO DOS DISCENTES A RESPEITO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EXIGIBILIDADE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO AOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO SUS.	SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR SOB A TÉCNICA DO DIÁLOGO DAS FONTES NORMATIVAS. DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SÚMULA 736/STF. TEMA 698 DE REPERCURSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A QUESTÃO DO DIMENSIONAMENTO DAS EQUIPES DE TRABALHO. FORÇA DE TRABALHO NO SUS: SUBDIMENSIONAMENTO, TERCEIRIZAÇÃO E RISCOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO. DECISÃO LIMINAR NA ADPF 1068 E A APLICAÇÃO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO SUS. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DAS NORMAS REGULAMENTADORAS E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO SUS.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1286	Renan Bernardi Kalil	Fraudes nas relações de trabalho no setor da saúde: estratégias e técnicas de investigação	Suplente	Renan Bernardi Kalil e Priscila Dibi Schvarcz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Apresentar estratégias e técnicas de investigação para aperfeiçoar a atividade instrutória de membros do MPT em casos que tratem do uso desvirtuado de contratos cíveis e comerciais para fraudar a legislação trabalhista que envolvam enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem. A abordagem será específica para tratar do uso de sistemas aos quais o MPT tem acesso e da jurisprudência atualizada do STF e do TST que se relacionam diretamente com fraudes nas relações de trabalho desses grupos.	O combate às fraudes nas relações de trabalho no setor de saúde é meta de atuação prioritária do MPT, pois o tema é objeto de Projeto Estratégico da instituição. O problema do uso desvirtuado de contratos cíveis e comerciais para burlar o Direito do Trabalho vem aumentando e isso impacta com maior severidade determinados grupos profissionais, como é o caso de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Esse grupo de trabalhadores detém elevado índice de acidentes de trabalho (tendo em vista as ocupações com maior número quantidade de CATs emitidas, as três estão no top 10). A ausência de proteção trabalhista potencializa a exposição de riscos. Ainda, há um contexto jurisprudencial pouco claro a respeito da aplicação dos parâmetros da ADPF 324 e do Tema 725 nesses casos. Diante disso, pretende-se facilitar a compreensão de ferramentas disponíveis aos membros para instrução eficaz e célere. O curso é meta dos ofícios GAET da CONAFRET.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1123	Cíntia Nazaré Pantoja Leão	AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS; TRANSFORMAÇÕES, TRAGÉDIAS, RESISTÊNCIAS NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	Suplente	Cíntia Nazaré Pantoja Leão	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Explorar as conexões entre o espaço de atribuições do MPT e as dimensões das Mudanças Climáticas [ou da Crise Climática]; para reconhecer frentes de atuação para a Instituição nessa interface, e construir uma matriz de solução de problemas, com enfoque na sustentabilidade e nas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, delas decorrentes	1) AS CATÁSTROFES AMBIENTAIS, AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS. 2) COMPLEXIDADE E EMERGÊNCIAS. O DIREITO ECOLÓGICO DO TRABALHO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. 3) A PROTEÇÃO CLIMÁTICA, OS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO, NA JURISPRUDENCIA CONSTITUCIONAL E NO SISTEMA INTERAMERICANO DOS DIREITOS HUMANOS. 4) EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NECESSÁRIA PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. 5) O CALOR EXTREMO. AS AÇÕES NECESSÁRIAS DE ENFRENTAMENTO	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1203	MÁRCIA CRISTINA KAMEI LÓPEZ ALIAGA	Toxicologia aplicada ao direito constitucional à saúde e ao meio ambiente de trabalho equilibrado	Suplente	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Apresentar e debater conceitos básicos da toxicologia, aspectos relacionados à toxicidade e à exposição às substâncias químicas no ambiente de trabalho de modo a subsidiar ações voltadas à prevenção, mitigação e/ou reparação dos danos decorrentes de atividades econômicas perigosas, de modo a assegurar um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado. Analisar aspectos relacionados ao monitoramento biológico previsto na Norma Regulamentadora 7	A toxicologia é uma disciplina com grande aplicação, dentre as quais, identificação de contaminantes em diferentes matrizes e investigação dos efeitos tóxicos decorrentes da exposição a substâncias químicas. Desse modo, entende-se como ferramenta indispensável à atuação de diferentes ramos do MPU, a compreensão sobre esses fatores que prejudicam a saúde de trabalhadores e trabalhadoras expostas, além de comprometer a biodiversidade por meio da contaminação promovida por desastres, serviços e atividades econômicas. Trata-se de matéria pouco explorada no mundo do trabalho sob a perspectiva da prevenção de doenças relacionadas à exposição a agentes tóxicos, eis que, tradicionalmente, o assunto ficou confinado ao direito ao adicional de insalubridade. A Constituição Federal de 1988, porém, além de assegurar o direito social do trabalhador ao adicional de insalubridade, também previu o direito de todos à saúde e dignidade. Por essa razão, aspectos preventivos precisam de atenção.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1419	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Direito Constitucional à Saúde do Trabalhador	Suplente	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Refletir sobre o Direito à Saúde do Trabalhador introduzido na CRB nos art. 6º, 196, 200, incisos II e VIII e suas implicações na tutela da saúde do trabalhador em juízo. Compreender que a tutela da saúde do trabalhador, a partir da CRB, deixou de ser previsão confinada à CLT, ganhando status constitucional e novos contornos posteriormente oferecidos pela Lei Orgânica da Saúde. Dentro dessa perspectiva, outros espaços merecem ser explorados pelo MPT, para a tutela integral da saúde.	A CRB erigir a nível constitucional o direito à saúde do trabalhador e da trabalhadora. Essa tutela não está restrita às normas de saúde e segurança previstas no art. 7º, inciso XXII da CRB, mas também encontra-se prevista entre as atribuições do SUS, consoante art. 200, inciso II. Essa perspectiva constitucional abriga o que a OMS entende como os Determinantes Sociais da Saúde, onde aspectos sociais, entre eles o trabalho, devem ser considerados no processo saúde-doença. Nesse sentido, é necessário compreender o movimento de expansão decorrente da Reforma Sanitária Brasileira, que trouxe a saúde do trabalhador para dentro do sistema público de saúde, o que deve ser estar integrada à vigilância sanitária e à vigilância epidemiológica. Nesse sentido, é relevante que as notificações de acidentes e agravos à saúde do trabalhador sejam notificados ao SUS, de modo a integrar as políticas de saúde que venham a ofertar maior proteção à população trabalhadora.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1288	Renan Bernardi Kalil	O STF, as reclamações constitucionais e as fraudes nas relações de trabalho	Suplente	Renan Bernardi Kalil e Priscila Dibi Schvarcz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPT	Apresentar o atual estágio de compreensão do STF acerca dos parâmetros estabelecidos na ADPF 324 e no Tema de Repercussão Geral 725 para permitir que os membros do MPT tenham elementos jurídicos para instruir os procedimentos sobre fraudes nas relações de trabalho da melhor maneira possível. Serão tratadas as nuances existentes nas reclamações constitucionais que determinam a cassação de decisões da Justiça do Trabalho, bem como das que as mantêm, abordando todas as peculiaridades existentes.	Há um elevado número de reclamações constitucionais apresentadas no STF com o objetivo de tentar rever decisões que reconhecem a existência de fraudes nas relações de trabalho. Em geral, alega-se o descumprimento dos precedentes fixados na ADPF 324 e no Tema de Repercussão Geral 725. Contudo, em razão da forma pela qual o tema costuma ser noticiado, existe alguma confusão acerca do teor das decisões proferidas monocraticamente pelo Ministros (assim como das turmárias). Nesse sentido, entendemos ser fundamental que os membros do MPT tenham a compreensão exata a respeito dos limites e das possibilidades de instrução de procedimentos para que a tutela coletiva dos direitos dos trabalhadores e o combate às fraudes ocorra da melhor maneira possível. Portanto, será oferecida a sistematização e organização do posicionamento do STF a respeito das reclamações constitucionais que tratam de alegações de violação dos precedentes da ADPF 324 e do Tema 725.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1287	Renan Bernardi Kalil	Plataformas de crowdwork e a atuação do MPT	Suplente	Renan Bernardi Kalil e Priscila Dibi Schvarcz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Apresentar estratégias e técnicas de investigação para apurar a prática de fraudes nas relações de trabalho em plataformas de crowdwork. Existem outras manifestações do trabalho via plataformas digitais, como a mencionada, operando de forma distinta e que demandam uma nova forma de abordagem para que a instrução de procedimentos ocorra adequadamente. Dessa forma, o conteúdo oferecido aos participantes é resultado de Grupo de Trabalho instituído para analisar o crowdwork e a atuação do MPT.	O trabalho via plataformas digitais é um fenômeno em plena expansão. Até o momento, houve enfoque em uma de suas modalidades, que é o trabalho sob demanda por meio de aplicativos (como ocorre nas atividades de transporte de pessoas e de mercadorias). Contudo, uma de suas outras manifestações, que é o crowdwork (que é uma espécie de terceirização online, utilizada para, dentre outras atividades, treinar inteligência artificial), está se tornando cada vez mais presente, o que se pode verificar a partir do aumento da quantidade de denúncias apresentadas ao MPT sobre esse tema. A expertise já desenvolvida a respeito das outras modalidades não dá conta das especificidades do crowdwork, o que exige um aprofundamento acerca da dinâmica desse tipo de relação de trabalho, assim como das linhas de investigação que podem ser traçadas em torno do tema. Esse foi um dos motivos que justificou a criação de Grupo de Trabalho para tratar do tema, sendo fundamental o compartilhamento de seus resultados.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1172	ILEANA NEIVA MOUSINHO	A ANÁLISE DOS ACIDENTES DE TRABALHO E A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Suplente	ILEANA NEIVA MOUSINHO	Aperfeiçoamento	Híbrido	20	Direito à Saúde e Saúde Pública	MPT	Ministrar conhecimento ao discente sobre a utilização das técnicas de análise de acidentes de trabalho com vistas à identificação de suas causas próximas e remotas, para sugerir mudanças que possam diminuir os acidentes de trabalho e auxiliar na efetividade dos inquéritos civis com uma solução resolutive extrajudicial, mediante a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com cronograma de ações/intervenções para evitar outros acidentes de trabalho.	1 - A análise de acidentes de trabalho com ferramenta de gestão de segurança para a identificação de fatores causais de acidentes de trabalho. 2 - Estudos, métodos e exemplos práticos sobre as etapas da análise de acidentes de trabalho: a) preparação; b) análise propriamente dita; c) identificação/elaboração de possíveis medidas de prevenção; d) escolha de medidas de prevenção (dentre as identificadas/elaboradas); e) implantação das medidas escolhidas; f) acompanhamento dos resultados das medidas implantadas. g) retroalimentação do sistema de prevenção e reelaboração dos programas de saúde e segurança do trabalho e melhoria da vigilância em saúde do trabalhador. 3 - Termo de Ajustamento de Conduta com plano de ação sob medida para evitar a acidentalidade na empresa onde os acidentes de trabalho ocorreram e foram analisados. 4- Atuação resolutive e extrajudicial, com monitoramento das ações compromissadas pelas empresas.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1414	LUTIANA N. LORENTZ	Prevenção e Combate à Discriminação e Assédios no Meio Ambiente Laboral;	Suplente	LUTIANA N. LORENTZ	Aperfeiçoamento	Híbrido	2	Direito do Trabalho	MPT	Usar da transdisciplinaridade para diferenciar discriminações (por Gênero, Raça e Cor, às Pessoas com Deficiência e às pessoas LGBTQIAPN+) e assédios (eleitorais, morais, sexuais e religiosos) com exposição e discussão de conteúdos de dimensão teórica e pragmática, visando ao aperfeiçoamento das práticas preventivas e pedagógicas aos assédios e discriminações, usando-se dos recursos dialogais entre direito, pedagogia, sociologia e psicologia.	Prevenção, Combate e Punição às Discriminações e Assédios Laborais.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1417	Piero Rosa Menegazzi	Normas Regulamentadoras do Trabalho e a Proteção da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora	Suplente	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Compreender as alterações promovidas nas Normas Regulamentadoras consideradas estruturais no sistema de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), tais como a NR 1 (PGR), NR 7 (PCMSO), NR 9 (Avaliações), NR 17 (Ergonomia). Explorar as possibilidades jurídicas para melhorar a defesa da segurança e da saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho, inclusive diante do fenômeno da terceirização irrestrita. Identificar pontos convergentes no sistema de proteção SST e ST (Saúde do Trabalhador).	Decorridos quatro anos da reforma promovida nas Normas Regulamentadoras, é possível avaliar as implicações que elas exercem na atuação do MPT. A terceirização é um fenômeno que se expandiu a partir da Reforma Trabalhista e das alterações promovidas na Lei nº 6019/74, trazendo diversas alterações não apenas nas relações trabalhistas, mas também o nível de proteção dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Assim, é necessário refletir sobre tais questões de forma global, ajustando as estratégias de atuação do MPT.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1289	Renan Bernardi Kalil	Fraudes nas relações de trabalho e a visão institucional do MPT	Suplente	Sandra Lia Simón, Renan Bernardi Kalil e Priscila Dibi Schvarcz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Apresentar os entendimentos da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT e da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET) sobre fraudes nas relações de trabalho. O curso visa disseminar a visão desses órgãos, com o propósito de aprimorar a instrução de inquiridos civis relacionados ao tema, contribuindo para uma atuação mais consistente no combate a essas irregularidades, de forma a tutelar os direitos dos trabalhadores de forma mais efetiva.	O curso aborda os desafios atuais no combate às fraudes nas relações de trabalho, diante do cenário jurídico e socioeconômico do país. O aumento do uso indevido de figuras civis e comerciais para burlar a legislação trabalhista e a falta de clareza quanto ao posicionamento do STF sobre o que configura fraude, torna desafiadora a atuação do MPT nessa matéria. Nesse contexto, conhecer os entendimentos da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT e da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET) é essencial para orientar a instrução de inquiridos civis. O curso visa disseminar esses posicionamentos, contribuindo para o fortalecimento da unidade institucional do MPT e promovendo uma atuação mais eficaz no enfrentamento das fraudes trabalhistas, em consonância com os princípios constitucionais que regem a instituição.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1046	Leomar Daroncho	A Nova Lei dos Agrotóxicos e a atuação do MP	Suplente	Leomar Daroncho	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Atualizar os colegas, membros e servidores, e fomentar a atuação em defesa do meio ambiente, da saúde e da vida, de trabalhadores e das comunidades, a partir da sanção pelo Presidente da República da Lei nº 14.785/2023, que alterou completamente o regime jurídico do setor, dada à revogação da Lei nº 7.802/1989.	A nova Lei nº 14.785/2023 é um desafio à atuação em defesa do Meio Ambiente, em especial ao Meio Ambiente do Trabalho. A revogação dos 67 artigos da lei nº 7.802/1989, c/c a implantação de normativos do autocontrole e da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, 2019), visa a limitar a atuação do Estado, com o alegado propósito de simplificação administrativa que geraria um ambiente de regras claras e estímulo à competitividade. Apesar da preocupação internacional com a questão ambiental (Agenda 2030), o setor, com crescente exposição a agrotóxicos cada vez mais tóxicos, muitos deles banidos de da União Europeia, apresenta dados preocupantes de doenças conexas, agudas e crônicas, num quadro de enormes dificuldades à fiscalização das medidas de proteção dos trabalhadores e das comunidades. A COP30 (2025) é uma oportunidade que também atrai responsabilidades para o Brasil. O MP precisa estar atualizado e preparado para a atuação em face de um dos temas mais desafiadores da atualidade.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1056	Leomar Daroncho	Atuação do MP em face dos riscos da Amônia para o Meio Ambiente do Trabalho	Suplente	Leomar Daroncho	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Nivelar conhecimentos e atualizar informações sobre os riscos representados pela Amônia no Meio Ambiente do Trabalho, com foque em medidas práticas, técnicas e jurídicas, de caráter preventivo disponíveis para a atuação do MP. Os maiores frigoríficos estão instalados no interior, em que a atuação do MPT normalmente cabe a colegas no início da carreira, público preferencial da atividade	A Amônia é um fluido refrigerante muito usado em instalações industriais em razão da eficiência e da economia em relação às alternativas. Todavia, apresenta grandes riscos, nos casos de vazamento, em razão da toxicidade e da inflamabilidade. Apesar das normas e da legislação que prevê medidas de prevenção e de precaução, tem sido muito frequente os acidentes em que o vazamento de amônia atinge dezenas de trabalhadores, especialmente em frigoríficos. O setor de abate e processamento de carnes emprega, diretamente, mais de 600 mil trabalhadores e dados recentes apontam 1 grande vazamento de amônia a cada 17 dias. Em alguns casos, também são atingidos moradores e comunidades do entorno das plantas. Assim, é importante nivelar conhecimentos e atualizar informações sobre os riscos representados pela Amônia no Meio Ambiente do Trabalho, com foque em medidas práticas, técnicas e jurídicas, de caráter preventivo disponíveis para a atuação do MP.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1215	Francisco Géron Marques de Lima	IV Workshop: Atuação Estratégica na Atividade Judicial do MPT	Suplente	Francisco Géron Marques de Lima	Aperfeiçoamento	Presencial	16	Direito do Trabalho	MPT	<p>Debater os instrumentos jurídico-processuais de que o MPT pode se valer para colaborar na construção de uma jurisprudência socialmente adequada ao momento atual de transformações jurídicas no Direito do Trabalho.</p> <p>Analisar as perspectivas da jurisprudência dos tribunais superiores para os próximos anos, sobre Direito do Trabalho.</p>	Atuação Estratégica na Atividade Judicial do MPT. Atuação estratégica do MPT nos Tribunais. Uso estratégico dos instrumentos processuais do CPC/2015 (IRDR, IRR, IAC). Projetos estratégicos das coordenadorias temáticas e destaques para uma atuação racional na CRJ. Demandas de interesse do MPT nos Tribunais Superiores e Supremo. Elementos para uma política de conciliação no MPT. Perspectivas de atuação judicial do MPT em um mundo de transformação do trabalho.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.
1354	bernardo mata schuch	A liberdade de expressão do trabalhador na internet - limites e reponsabilidades	Suplente	Renan kalil, Manoel Jorge, André Spies, Rodrigo Carelli	Aperfeiçoamento	Presencial	16	Direito do Trabalho	MPT	Aprofundar tema de interesse do MPT em razão de assédios ideológicos e discriminações	<p>LIBERDADE DE EXPRESSÃO</p> <p>LIBERDADE EXPRESSÃO NA INTERNET</p> <p>REPUTAÇÃO DA EMPRESA</p> <p>COMPLIANCE</p> <p>JURISPRUDÊNCIA</p> <p>PONDERAÇÃO DE DIREITOS</p> <p>ATUAÇÃO DO MPT</p>	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPDFT

Código	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1266	Suliane Beatriz Rauber	Capacitação NaMORAL no Ensino Médio: Soft Skills e Integridade	Suplente	Suliane Beatriz Rauber	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	40	Educação, Cultura e Sociedade	MPDFT	Conhecer, vivenciar e se capacitar para a aplicação do modelo presencial da disciplina NaMORAL no Ensino Médio: Soft Skills e Integridade.	Compreensão dos conceitos de ética, integridade e cidadania. Virtudes e Forças de caráter. Valores Humanos. Habilidades Sociais. Ecossistema e sua influência nas nossas decisões. Cultura da Confiança. Conceituação e aplicação de uma Auditoria Cívica. Capacidade de solucionar problemas. Conhecimento acerca da relevância do zelo pelos espaços públicos.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1308	Suliane Beatriz Rauber	Capacitação NaMORAL no Ensino Médio: Controle Social e Hackfest	Suplente	Luciana Ásper	Aperfeiçoamento	Híbrido	60	Educação, Cultura e Sociedade	MPDFT	Conhecer, vivenciar e se capacitar para a aplicação do modelo presencial da disciplina NaMORAL no Ensino Médio: Controle Social e Hackfest.	Conceitos como o de cidadania e de controle social, passando pela concepção de Cidadão ativo x Cidadão passivo, assim como da aplicação de uma Auditoria Cívica e da Metodologia do Hackfest como espaço de diálogo entre os órgãos de controle e a sociedade civil para o uso eficiente dos recursos públicos são vivências proporcionadas pela Eletiva Controle Social e Hackfest do NaMoral. As ações executadas pelos estudantes nesta eletiva são capazes de gerar nas mentes e corações desses jovens um protagonismo como embaixadores e influenciadores da integridade, bem como para o exercício de uma cidadania plena e cumpridora de seus deveres, de modo que possam impulsionar e defender a probidade administrativa e a qualidade dos serviços públicos. O aprendizado da Eletiva Controle Social e Hackfest dará ferramentas aos jovens, a fim de edificar os meios para a fruição real de direitos, bem como para se tornarem agentes de transformação e restauração em qualquer ambiente que se inserirem.	Aprovada para integrar a lista de suplência do ramo.

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1187	ADRIANO ALVES MARREIROS	Ativismo, "garantismo" e teorias da escolha racional no Direito Militar	Suplente	ADRIANO ALVES MARREIROS	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Analisar o ativismo, o "garantismo" e as teorias da escolha racional no crime, dentro do contexto do Direito Militar, visando a compreender sua efetividade no combate ao crime e sua prevenção.	O Curso irá analisar o ativismo, o "garantido" e suas consequências jurídicas, aspectos de legalidade e constitucionalidade, bem como a aplicação das teorias de escolha racional na prática, visando à efetividade no combate ao crime e na sua prevenção. Será analisada a jurisprudência ativista e garantista, a análise comportamental e econômica do crime (esta inclusive com base em Gary Becker), os standards probatórios no direito em geral, direito penal do inimigo, hierarquia e disciplina como garantias constitucionais, fundamentos para diferenciação do direito militar, teoria das janelas quebradas, abolicionismo e laxismo penal	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1314	Adriana Santos	KAFKA, O PROCESSO E A CRIMINOLOGIA	Suplente	Adriana Santos	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	10	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Análise dos aspectos da ciência criminológica contidos na obra 'O Processo', de Franz Kafka, e de suas implicações jurídicas e filosóficas, inclusive quanto aspectos do Humanismo; salientando a importância desse conjunto de noções, no exercício funcional, alicerces da construção de um processo justo.	Advogado e Doutor em Direito, Franz Kafka utiliza em 'O Processo' elementos criminológicos, com postura crítica à tecnicidade pura e seus deletérios efeitos. Uma abordagem à luz da Criminologia possibilita identificar a construção de uma atmosfera hostil ao investigado, quando permeada por violência sistêmica, com ruinosos efeitos, os quais repercutem na sociedade. É enriquecedor no aspecto profissional e pessoal que o Membro do Ministério Público e todos os que atuam na construção dos processos e apurações, atentem aos mais recentes estudos da Criminologia, respeitada a sua evolução histórica, conjugando-os com a concepção filosófica do Humanismo, a fim de que se garanta um processo justo, elemento essencial à concretização da Justiça e dos valores positivados.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1255	César Medeiros Cupertino	Relatório de Inteligência Financeira (RIF): sistema de comunicação (SEI-C), utilização em investigações, tratamento de dados e ferramentas de análise	Suplente	César Medeiros Cupertino	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPM	Capacitar os participantes a compreender a importância dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) nas investigações de corrupção e de lavagem de dinheiro, bem como aprofundar o conhecimento sobre o Sistema Eletrônico de Intercâmbio do Coaf (SEI-C), suas funcionalidades e a utilização de ferramentas de análise apropriadas para o tratamento dos arquivos encaminhados para a investigação.	I - Relatório de Inteligência Financeira (RIF): Definição e finalidade; Tipos de RIF; Estrutura e conteúdo; Processo de elaboração e envio do RIF pelo SEI-C; Geração de informações para investigação. II - Sistema Eletrônico de Intercâmbio do Coaf (SEI-C): funcionalidades e objetivos; Cadastro e acesso ao sistema; Processo de envio de comunicações e geração de RIFs; Consulta e acompanhamento de processos no SEI-C. III - Análise dos Arquivos: Tipos de arquivos enviados pelo Coaf; Técnicas de análise de dados; Ferramentas de análise de dados. IV - Potencialidades do RIF: O RIF como recurso na investigação; Desafios e oportunidades na utilização do RIF e do SEI-C. V - Estudos de Caso: Análise de casos de investigações com o RIF, Simulação de cenários e a utilização de RIFs; Discussão sobre as melhores práticas na utilização do sistema e das ferramentas de análise.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
980	Milord José Guimarães Silva	Curso de Atualização para Assessores Jurídicos do Ministério Público Militar	Suplente	Milord José Guimarães Silva	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Proporcionar aos servidores do Ministério Público Militar que atuam como assessores jurídicos atualização na elaboração de peças, crimes militares, institutos e teses jurídicas no âmbito da Justiça Militar da União.	1. Elaboração de Peças: Denúncia (artigo 77 do CPPM) / Alegações Escritas (artigo 428 do CPPM). 2. Crimes Militares Licitatórios: Artigos 310, 320, 327, 328 e 339 do CPM. 3. Institutos Jurídicos: Acordo de Não Persecução Penal Militar / Transação Penal Militar / Nova Sistemática de Arquivamento de Procedimentos de Polícia Judiciária Militar. 4. Teses Jurídicas: Promoção de Arquivamento de Instrução Provisória de Deserção (Falta de Interesse Jurídico) / Promoção de Arquivamento de Estelionato Previdenciário.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPM

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
981	Milord José Guimarães Silva	Curso da Atualização para Assessores Jurídicos do Ministério Público Militar II	Suplente	Milord José Guimarães Silva	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Proporcionar aos servidores do Ministério Público Militar que atuam como assessores jurídicos atualização na elaboração de peças, crimes militares, institutos e teses jurídicas no âmbito da Justiça Militar da União.	1. Elaboração de Peças: Recurso em Sentido Estrito / Apelação 2. Crimes Militares Licitatórios: Artigo 337-I e 337-J do Código Penal. 3. Crimes Militares contra a Dignidade Sexual. 4. Teses Jurídicas: Atuação do Ministério Público Militar na Tutela Coletiva / Não Aplicação da Causa de Diminuição de Pena Inominada / Não Aplicação do Arrependimento Posterior / Regime de Cumprimento de Pena no Sistema Penal Militar.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1418	Jorge Augusto Caetano de Farias	Execução Penal Militar	Suplente	Jorge Augusto Caetano de Farias	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Capacitar membros e servidores para a atividade de fiscalização prisional, especialmente em área sob administração militar.	Introdução. Panorama da realidade prisional militar federal. Regime jurídico aplicável ao sistema prisional militar. Fiscalização prisional pelo Ministério Público. Atuação do MPM a partir da fiscalização prisional. Resolução CNMP 277/2023. Resolução CSMMP 138/2024. Aspectos processuais e considerações finais sobre a matéria.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1072	Cicero Robson Coimbra Neves	Crimes militares extravagantes de abuso de autoridade	Suplente	Cicero Robson Coimbra Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Oferecer a compreensão adequada a respeito de crimes de abuso de autoridade que se configurem em crimes militares extravagantes, de acordo com a Lei 13.869/2019, de forma a preparar o operador do Direito aos desafios que a nova norma impôs.	Com a edição das Leis n. 13.491/2017 e 13.869/2019, surge a possibilidade de que o crime de abuso de autoridade, tratado no segundo diploma normativo, caracterize-se como crime militar, forte na primeira lei indicada. Essa realidade exige o aprimoramento de membros e servidores na atuação finalística, com o fito de promover a correta repressão e necessária prevenção desses ilícitos.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1073	Cicero Robson Coimbra Neves	Crimes ambientais e crimes militares	Suplente	Cicero Robson Coimbra Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Oferecer a compreensão adequada a respeito de crimes ambientais que se configurem em crimes militares extravagantes, de acordo com a Lei 9.605/1998, de forma a preparar o operador do Direito aos desafios que a nova norma impôs.	Com a edição da Lei n. 13.491/2017, surge a possibilidade de que os crimes ambientais, tratados na Lei n. 9.605/1998, caracterizem-se como crimes militares, forte na primeira lei indicada. Essa realidade exige o aprimoramento de membros e servidores na atuação finalística, com o fito de promover a correta repressão e necessária prevenção desses ilícitos.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1076	Cicero Robson Coimbra Neves	Novo Direito Penal Militar: Comentários à Lei n. 14.688/2023 - segunda edição	Suplente	Cicero Robson Coimbra Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Apresentar as alterações do Código Penal Militar e proporcionar uma interpretação, de acordo com as últimas compreensões jurisprudenciais, para sua aplicação.	Com a reforma do Código Penal Militar de 2023, vários dispositivos do Código Castrense foram alterados, exigindo uma imersão nos artigos alterados e acrescidos. A reforma atingiu a Parte Geral e a Parte Especial do mencionado Códex, trazendo novas concepções dos dogmas, a exemplo da prescrição, mas também atingindo tipos penais em espécie, mostrando-se adequado trazer uma inaugural avaliação sobre tais alterações, permitindo ao aluno que conheça as alterações e tenha um caminho inicial para sua interpretação e aplicação.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPM

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1141	Cicero Robson Coimbra Neves	Ministério Público Militar e a atuação nas eleições	Suplente	Cicero Robson Coimbra Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Eleitoral e Política	MPM	Preparar membros, servidores e público externo (Forças Armadas) para a atuação em relação à prevenção e o combate ao assédio eleitoral e para o reconhecimento dos crimes eleitorais, cotejando-os com o art. 9º, II, do Código Penal Militar.	A cada pleito eleitoral, sente-se a necessidade de capacitar membros e servidores do MPM sobre a possibilidade de assédio eleitoral nas Unidades Militares, em alinho à Recomendação n. 110/2024 do CNMP, o que também é pertinente fazer em relação às Forças Armadas. Paralelamente a isso, com o advento da Lei n. 13.491/2017, é cabível a discussão sobre a possibilidade de crimes eleitorais serem ou não adjetivados como militares, provendo o ferramental para que o membro, em sua independência funcional, decida.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
974	Wendell de Melo Rodrigues Alves	As prisões disciplinares, cautelares e a execução penal na Justiça Militar da União, sob a ótica da (des)necessidade do ANPP naquela Justiça Especializada de acordo com o Efetivo de Presos no Sistema Carcerário Castrense.	Suplente		Aperfeiçoamento	Presencial	35	Atuação Resolutiva	MPM	Demonstrar as diferentes possibilidades de encarceramento na Justiça Militar da União, apontando as estatísticas do CNMP (CSP) sobre o efetivo atualmente encarcerado nas Unidades Prisionais Militares da Justiça Militar da União, como também apontar as peculiaridades da Execução Penal e a real necessidade ou não de se adotar a Súmula 18 do STM ou a Resolução 101 do CSMPM, no ponto referente ao ANPP.	Espécies de Prisões existentes na Justiça Militar da União - Prisão Administrativa, Prisão Cautelar e Prisão Definitiva no Âmbito das Forças Armadas e da Justiça Militar da União - Peculiaridades da Execução Penal Militar - contrariedade entre a Súmula 18 do Superior Tribunal Militar (que veda o ANPP na JMU) e a Resolução do Conselho Superior do MPM nº 101, que autoriza o oferecimento de ANPP, em caso de instauração de Procedimento Investigatório Criminal pelo MPM, conforme Resolução do CNMP.	Aprovada para integrar a lista de suplência, conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1175	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Promoção de Integridade e Compliance Trabalhista em Entes Públicos	Suplente	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	8	Atuação Resolutiva	ESMPU	Capacitar membros do Ministério Público da União para a promoção da integridade e do compliance trabalhista em entes públicos, com enfoque na atuação articulada e integrada dos ramos do MPU para melhorar os controles públicos e prevenir ilícitos trabalhistas e criminais. O curso visa desenvolver habilidades para identificar e corrigir falhas sistêmicas, promover boas práticas de governança e fiscalizar efetivamente contratos.	Fundamentos de Integridade e Compliance: Conceitos, importância e panorama normativo. Compliance em Entes Públicos: Desafios, vulnerabilidades e boas práticas. Controle e Fiscalização Trabalhista: Ferramentas de fiscalização e monitoramento contínuo. Atuação Articulada do MPU: Coordenação entre MPT, MPF, MPM e MPDFT para prevenção de ilícitos, conforme diretrizes do CNMP. Prevenção e Promoção de Integridade: Políticas, códigos de conduta e capacitação. Transparência e Controle Social: Mecanismos de participação e prestação de contas. Estudos de Caso e Discussão Final: Análise de práticas e desafios futuros.	Aprovada para integrar a lista de suplência
1169	Ricardo Jose Macedo de Britto Pereira	Direito Constitucional nos EUA	Suplente	Ricardo Jose Macedo de Britto Pereira	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Conhecer o Direito Constitucional dos EUA e examinar as possíveis aplicações à realidade brasileira	Constituição, origem Separação de poderes Legislativo, poderes implícitos, regulação do comércio Executivo, execução das leis, agências, jurisprudência atual Judiciário, judicial review, estrutura do Judiciário Direitos fundamentais	Aprovada para integrar a lista de suplência
1179	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	"Atuação do Ministério Público da União em face de Organizações Sociais pós Tema de Repercussão Geral nº 698/STF"	Suplente	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Atuação Resolutiva	ESMPU	Capacitar membros do Ministério Público da União (MPU) para a atuação eficiente e estratégica em face das Organizações Sociais (OSs) no contexto pós-decisão do Tema de Repercussão Geral nº 698 do Supremo Tribunal Federal (STF), compreendendo o impacto da decisão na administração pública e as melhores práticas de fiscalização e controle sobre os contratos de gestão firmados com as OSs.	Fundamentos jurídicos e históricos das Organizações Sociais (OSs) e seu papel na administração pública. Análise do Tema de Repercussão Geral nº 698/STF e seus efeitos jurídicos e práticos sobre a utilização de OSs no setor público. Atribuições e estratégias de atuação do Ministério Público da União no controle e fiscalização dos contratos de gestão com OSs. Discussão sobre desafios, oportunidades e riscos associados à crescente participação das OSs em atividades típicas do Estado. Estudos de casos práticos envolvendo a atuação do MPU em situações de irregularidades e fraudes em contratos com OSs. Abordagem sobre a importância da integração e cooperação entre os ramos do MPU na fiscalização das OSs	Aprovada para integrar a lista de suplência
1157	Edelamare Barbosa Melo	Letramento Racial: Compreensão e Práticas para a Inclusão e Equidade	Suplente	Andréa Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Promover a conscientização sobre a importância de combater o racismo estrutural, levando a compreensão sobre a questão de raça e racismo presente no Brasil e de que forma cabe ao indivíduo o combate a essa prática.	O curso "Letramento Racial" oferece uma introdução essencial à compreensão da linguagem racista e antirracista no contexto brasileiro. Com uma abordagem histórica e social, o curso explora o conceito de raça, as noções de negritude e branquitude, e o racismo institucional. O objetivo é promover a consciência sobre como a linguagem pode refletir e perpetuar preconceitos, e como práticas antirracistas podem ser implementadas no ambiente de trabalho. Os participantes aprenderão a identificar e combater a linguagem racista e a adotar medidas para garantir um ambiente inclusivo e respeitoso, contribuindo para um atendimento mais adequado à realidade social e étnico-racial brasileira.	Aprovada para integrar a lista de suplência

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1389	Esthefano Guimarães Esteves	Curso de Investigação em Novas Tecnologias	Suplente	Esthefano Guimarães Esteves	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	24	Direito Penal e Processo Penal	ESMPU	Capacitar membros, servidores e policiais do MPU para realizar atividades investigativas de forma eficaz e eficiente.	Desenvolver as disciplinas: - Começando uma investigação - Raio X de uma investigação - O que se faz em uma investigação - Exemplo de Relint de OSINT - Criando o ambiente de investigação - Anonimato na Investigação - Criando um Socket Puppet - Aquecendo seu perfil - O processo de Organizar - Ferramentas de Recon - Ferramentas de Busca - Ferramentas para ataque/ Investigação - Ferramentas de Análise de Dados - Técnicas de Preservação de Evidências Digitais - Estratégias de Investigação em Redes Sociais - Estratégias de Investigação em Sites - Estratégias de Investigação de Fraudes - Conceito de IP, Redes Wi-Fi e Bluetooth - Uso da Inteligência Artificial nos processos de investigação	Aprovada para integrar a lista de suplência
1156	Edelamare Barbosa Melo	Religião não nos define: Não ao Racismo Religioso	Suplente	Andréa Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	15	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Capacitar os participantes a identificar, compreender e combater o racismo religioso, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade religiosa. A formação visa proporcionar ferramentas e estratégias para a criação de ambientes sociais e profissionais mais inclusivos e respeitosos, abordando o impacto do racismo religioso e oferecendo práticas para a sua mitigação.	Capacitar os participantes a identificar, compreender e combater o racismo religioso, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade religiosa. A formação visa proporcionar ferramentas e estratégias para a criação de ambientes sociais e profissionais mais inclusivos e respeitosos, abordando o impacto do racismo religioso e oferecendo práticas para a sua mitigação.	Aprovada para integrar a lista de suplência
1320	Roberto Carlos Batista	Análise de Risco à Saúde Humana em Áreas Contaminadas e a Atuação do Ministério Público	Suplente	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito à Saúde e Saúde Pública	ESMPU	Esclarecer a repercussão das mudanças constitucionais no campo Saúde a partir da CRB/88, que passa a incorporar questões de meio ambiente e trabalho. Compreender as distinções de visões e finalidades das avaliações de risco à saúde humana promovidas pelos órgãos ambientais e as que devem ser realizadas pelos órgãos da saúde em áreas contaminadas por substâncias químicas, à luz das novas atribuições constitucionais destinadas ao SUS no Brasil a partir da CRB/88 (art. 200, II e VIII).	A partir da CRB/1988 o direito à saúde teve avanço significativo, que não se limitou à assistência universal e gratuita à saúde. Questões relacionadas ao trabalho e ao meio ambiente (art. 200, inciso II e VIII, CRB) passam a integrar o campo saúde. É portanto relevante compreender o papel do SUS na proteção da saúde de populações expostas a contaminantes químicos, que deve trabalhar em conjunto com os órgãos de proteção ambiental, mas que ao mesmo tempo traz metodologia distinta de análise de avaliação de risco à saúde humana em áreas contaminadas por agentes químicos, a qual se denominou ARSH. Trata-se de metodologia inspirada na preconizada pelo órgão de saúde Norte Americano e que conta com o apoio da Organização Panamericana de Saúde, que nasce a partir da percepção das limitações das análises ambientais na proteção da saúde humana.	Aprovada para integrar a lista de suplência
1274	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	II Curso de Aperfeiçoamento Atuação do Ministério Público na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Suplente	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	ESMPU	CAPACITAR MEMBROS E SERVIDORES DO MP QUE TRABALHAM NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO PARA ATUAÇÃO EM FISCALIZAÇÃO INTEGRADA	HISTÓRICO, PROBLEMAS E DESAFIOS ATUAIS DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DO NORDESTE SETENTRIONAL. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA NOS ESTADOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.	Aprovada para integrar a lista de suplência

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1405	Thiago Coelho Sacchetto	Tutela coletiva e controle da execução orçamentária: atuação do Ministério Público na concretização democrática do orçamento e dos direitos fundamentais	Priorizado	Rubin Lemos	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Atuação Resolutiva	ESMPU	Capacitar Membros e servidores do Ministério Público a utilizar técnicas e ferramentas destinadas ao controle da execução orçamentária de políticas públicas concretizadoras de direitos fundamentais	Ferramentas, técnicas e procedimentos para compreender e fiscalizar os dados de execução orçamentária Controle do orçamento público: técnicas e instrumentos de fiscalização e controle da execução orçamentária (atuação prática) O Ministério Público como instituição indutora dos compromissos democráticos firmados no orçamento público (atuação prática) A fiscalização do Ministério Público como órgão de controle externo jurisdicional da concretização de direitos fundamentais pela execução orçamentária (atuação prática) Dever de Planejamento e Prestação de Contas (accountability). Sistemas de Controle Interno e Externo. Atuação integrada entre Ministérios Públicos e Tribunais de Contas (meios de compartilhamento de provas e informações para instrução de inquéritos civis e ações civis públicas) Casos práticos	Aprovada para integrar a lista de suplência
1329	Marcio de Meneses Martins	Curso de Formação de Pilotos de Drone	Suplente	Marcio de Meneses Martins	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	O curso Prático de Pilotagem Segura de Drones visa repassar aos agentes executores técnicas operacionais sobre a pilotagem, a preparação para esta atuação, as formas de se registrar imagens, a preservação dos dados obtidos e a segurança de toda operação.	Transmissão de conhecimentos adquiridos de técnicas específicas sobre atuação com equipamento em campo primando pela obtenção de dados, com segurança dos atores envolvidos e equipamentos utilizados, defesa da imagem da Instituição, atuação/reação em situações adversas.	Aprovada para integrar a lista de suplência
1425	Marcio de Meneses Martins	Curso de imagens Operacionais	Suplente	Marcio de Meneses Martins	Aperfeiçoamento	Presencial	16	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Capacitar profissionais da área da Polícia do MPU e demais membros e servidores com interesse no tema, a utilizar e interpretar imagens operacionais de drones, câmeras de segurança e outros dispositivos de monitoramento, com foco em análise, interpretação e tomada de decisão em tempo real para operações táticas e estratégicas.	O curso abordará o uso de imagens operacionais como ferramenta de apoio para ações de segurança e monitoramento. Serão apresentados os fundamentos de captura, análise e interpretação de imagens, com ênfase em cenários operacionais. Também serão exploradas as tecnologias envolvidas, como drones, câmeras de monitoramento e sensores de alta definição, bem como as estratégias para otimizar a coleta de dados visuais e tomar decisões com base nas informações obtidas. O curso incluirá tanto a teoria quanto a prática, com simulações de situações reais.	Aprovada para integrar a lista de suplência
964	Manoel Jorge e Silva Neto	Crise entre os Poderes e o Controle de Constitucionalidade no Brasil	Suplente	Manoel Jorge e Silva Neto	Aperfeiçoamento	Híbrido	4	Democracia, Governança e Estado de Direito	ESMPU	O objetivo geral do curso é examinar como a crise de relacionamento entre as funções estatais no Brasil afeta considerável e negativamente todas as atividades estatais, aí incluída o controle de constitucionalidade realizado pelo STF.	Controle de constitucionalidade. Crise entre os poderes. Constituição Federal. Independência e harmonia entre os poderes	Aprovada para integrar a lista de suplência